



Agroecologia nos currículos dos cursos técnicos em agropecuária integrados ao ensino médio dos *campi* do Instituto Federal Catarinense

Agroecology in the curricula of technical courses in agriculture integrated into high school at the campuses of the Instituto Federal Catarinense

BRAGA, Jainara Pacheco de¹; CASTRO, Cloves Alexandre de²

¹ Instituto Federal Catarinense, jainarabraga@gmail.com; ² Instituto Federal Catarinense, cloves.castro@ifc.edu.br

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Educação em Agroecologia

Resumo: A formação agrotécnica esteve, historicamente, pautada no modelo convencional de produção agropecuária, herança da Revolução Verde. Em observância a isso, em 2009, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica criou o documento “(Re)significação do ensino agrícola na Rede Federal de Educação”. O presente texto se dispõe a analisar e discutir a presença ou ausência da agroecologia nos currículos dos cursos técnicos em agropecuária integrados ao ensino médio do Instituto Federal Catarinense da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Para tanto, foram examinados os Projetos Pedagógicos dos referidos cursos ofertados em seis *campi* da supracitada instituição de ensino e identificadas as menções à agroecologia. A análise dos documentos revelou a baixa expressividade curricular da temática na formação agrotécnica nos cursos da instituição.

Palavras-chave: ensino agrícola; ensino agrotécnico; educação integral; omnilateralidade; sustentabilidade.

Introdução

Este texto tem como objetivo apresentar e debater a presença da disciplina de Agroecologia nos currículos dos cursos técnicos em agropecuária integrados ao ensino médio do Instituto Federal Catarinense (IFC), pertencentes a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (RFECT). Para tanto, foram analisados os Projetos Pedagógicos do supracitado curso ofertados em seis *campi* da referida instituição de ensino.

Em 2008 é criada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, através da lei 11.892, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis de ensino, destinando suas vagas, majoritariamente, a oferta do ensino médio integrado à educação profissional (RAMOS, 2014). Os Institutos Federais possuem entre seus valores, o compromisso com o princípio da sustentabilidade, visando “promover a utilização dos recursos de forma racional, buscando sua preservação e minimizando os danos ao meio ambiente” (IFC, 2018, p. 36).

O ensino médio integrado, carro-chefe dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, visa superar a dicotomia entre formação geral e formação profissional,



pautada no trabalho como princípio educativo intermediada pelos eixos ciência, cultura e trabalho, baseado em princípios de uma educação emancipatória e omnilateral (CIAVATTA, 2012).

Educação omnilateral implica em uma concepção de formação humana que leva em conta todas as dimensões do ser humano, ao contrário da educação que caracteriza a formação no modo de produção capitalista. Esse termo surgiu no âmbito do debate para as instruções aos delegados do conselho Central Provisório da Associação Internacional de Trabalhadores, quando Marx (1983) alertou que a educação em uma sociedade socialista não seria unilateral, não formaria o ser social pela metade, ou seja, para o capital ou para o trabalho, e sim, o homem omnilateral cuja formação deve ser integral.

Pereira *et al* apontam que o ensino médio integrado é comprometido pelo caráter neoliberal e burguês da formação profissional desconexa do “desenvolvimento de tecnologias apropriadas na formação profissional inserida num contexto social e econômico, bem como aos mundos do trabalho” (PEREIRA, 2022, p. 426). Essa influência neoliberal é acentuada nos cursos agrotécnicos.

No ensino agrícola, tradicionalmente orquestrado pelas formas convencionais e patronais de produção que preconizam a otimização produtiva, relegando aspectos socioambientais, essa desvinculação do modelo produtivo convencional deve ser estruturada através de uma abordagem que considere as particularidades dos múltiplos contextos brasileiros. As consequências sociais, ambientais e culturais dos modelos produtivos que vigoram e, sobretudo, uma explanação dos fundamentos e práticas da Agroecologia devem ser discussões contempladas pela formação crítica e emancipatória dos profissionais da área agrícola.

A construção e as transformações do currículo são fundamentadas em diversos fatores e estão permeadas por relações de poder, contemplando mudanças nos direcionamentos legais, demandas da comunidade escolar, determinações da gestão institucional ou escolar, a percepção dos professores acerca das necessidades dos estudantes e interesses de classes (LIMEIRA, 2010). Barros *et al* apontam que o currículo é um “artefato político e cultural”, o que implica que ele não é neutro e não pode ser analisado destituído de sua constituição histórica e social (BARROS *et al*, 2011, p. 279).

No campo das ciências agrárias, evidentemente, os currículos também não são neutros. As discussões teórico-metodológicas nos cursos da área continuam limitadas à abordagem hegemônica das técnicas convencionais de agricultura industrial e os princípios agroecológicos são abordados superficialmente, dando espaço a substituição de insumos na agricultura orgânica. Essa limitação na difusão de pressupostos agroecológicos tem resultado em profissionais que acreditam que o modelo tradicional de produção agrícola é o único viável (SILVEIRA; BALÉM, 2004).



A necessidade de repensar o modelo hegemônico predominante no ensino agrícola levou a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) a constituir o grupo de trabalho do ensino agrícola que elaborou em 2009 o documento intitulado “(Re)significação do ensino agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica”. O texto aponta que as instituições de ensino agrícola devem almejar o desenvolvimento humano, relações justas de trabalho e distribuição de renda, redução de impactos ambientais dos agroecossistemas, priorizando o segmento da agricultura familiar e referenciada na dinâmica produtiva agroecológica (BRASIL, 2009).

Essa pesquisa pretende contribuir para as discussões acerca da formação de técnicos em agropecuária, sobretudo no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica desenvolvida na Rede Federal de Educação, e também reiterar a relevância das discussões sobre agroecologia nos currículos agrotécnicos para a formação de profissionais comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

Metodologia

Com o propósito de apresentar e discutir a agroecologia nos currículos dos cursos técnicos em agropecuária integrados ao ensino médio dos *campi* do Instituto Federal Catarinense (IFC), ofertados pela Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica (RFEPCT) foram analisados os Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio (PPCTM) em agropecuária de seis *campi* da instituição: Araquari, Camboriú, Concórdia, Rio do Sul, Santa Rosa e Videira.

É importante ressaltar que há um curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio também no IFC *campus* Abelardo Luz, localizado dentro de um assentamento da reforma agrária e que adota a pedagogia da alternância e, que, por apresentar uma organização curricular e pedagógica distinta dos demais, não será contemplado na análise proposta pelos pesquisadores.

A leitura dos Projetos Pedagógicos dos Cursos técnicos em agropecuária integrados de nível médio (PPCTM), aqui proposta, visa refletir sobre a presença ou ausência das discussões acerca da Agroecologia nos currículos de formação agrotécnica do IFC. Para tanto, foram observadas, sobretudo as menções a temática nas matrizes curriculares e referências básicas e complementares das disciplinas do núcleo técnico desses cursos.

Resultados e Discussão

O currículo do técnico em agropecuária deve abranger a pluralidade de contextos socioeconômicos, arranjos produtivos, tecnologias sociais e formas de trabalho que se desenvolvem no contexto agrário. Para tanto, uma formação sólida perpassa pela análise crítica das determinantes da agricultura capitalista para os povos do campo e da cidade, para as populações tradicionais e para o meio ambiente. O conhecimento científico pautado em bases ecológicas aliado a Agroecologia e a



cultura popular “só tem a contribuir com a emancipação dos sujeitos, colocando-se contra o modo de produção e de socialização hegemônico, alicerçado na estrutura agrária do latifúndio e da grande empresa agrícola” (PINTO, 2019, p. 146).

Sabe-se que a Agroecologia vai além de um conjunto de técnicas e receitas para a produção agrícola sustentável, abrangendo questões relativas à distribuição de renda, segurança alimentar, relações justas de trabalho, feminismo, cultura, economia solidária, justiça ambiental e saúde. Dessa forma, a simples menção à disseminação de técnicas de cultivo de base ecológica na formação agropecuária não se faz suficiente para englobar a pluralidade de concepções que a Agroecologia contempla.

Em análise dos Projetos Pedagógicos dos seis cursos técnicos em agropecuária integrados ao ensino médio ofertados pelo IFC, constatou-se a ausência de qualquer disciplina que contemple a Agroecologia nos *campi* de Araquari, Videira, Santa Rosa e Rio do Sul. Aqui, é importante salientar que, o IFC *campus* Rio do Sul possui um curso técnico em agroecologia integrado ao ensino médio no mesmo local onde o curso análogo em agropecuária é ofertado.

Os PPCTM dos cursos de agropecuária dos *campi* Araquari e Videira não fazem menção alguma a agroecologia em nenhuma das bibliografias das demais disciplinas do núcleo técnico. Já o PPCTM do curso ofertado no *campus* Rio do Sul faz menção a agroecologia em duas referências complementares presentes na ementa das disciplinas de Zootecnia e Agrossilvicultura. O PPCTM do curso ofertado no *campus* Santa Rosa do Sul também traz menções a temática nas bibliografias básicas de duas disciplinas: Extensão e desenvolvimento rural e Agricultura urbana.

Somente os *campi* de Camboriú e Concórdia possuem disciplinas com menção nominal a agroecologia em suas matrizes curriculares. O IFC *campus* Camboriú possui uma disciplina de Agroecologia com carga horária de 60 horas ofertada somente no 1º ano do curso e não há menções ao tema em nenhuma das bibliografias básicas ou complementares dos demais componentes curriculares do núcleo técnico. No *campus* Concórdia, o enfoque agroecológico está contemplado na disciplina Fruticultura Agroecológica que também possui somente 60 horas e é ofertada no 3º ano do curso.

É importante salientar que o PPCTM de agropecuária do IFC *campus* Videira aponta que o município localiza-se na zona agroecológica do Vale do Rio dos Peixes, o que reforça a relevância de discussões sobre o tema no referido curso. O PPCTM de agropecuária do *campus* Santa Rosa do Sul também menciona o destaque que a produção orgânica e agroecológica vem ganhando na região nos últimos anos. Nenhum dos dois cursos citados possui disciplinas que tratam da Agroecologia.

Em diálogo sobre o currículo do Técnico em Agropecuária Integrado de outra Instituição Federal de Ensino, Arrevabeni e Melotti (2020) afirmam que lá também



predominam conteúdos voltados ao agronegócio e a formação para o desenvolvimento e difusão da Agricultura Convencional. Assim, é comum ainda, mesmo após a sugestão da inclusão de discussões contra-hegemônicas pautadas na sustentabilidade ambiental, econômica e social dos agroecossistemas nos cursos profissionalizantes do ensino agrícola pelo documento construído pela SETEC, a oferta de cursos agrotécnicos voltados para a difusão de pacotes tecnológicos.

A Agroecologia, enquanto forma de produção agrícola e organização dos agricultores, tem ganhado forças no cenário nacional. Porém, apesar das discussões educacionais e curriculares que permeiam o ensino agrícola apontarem para a necessidade de considerar modelos de produção mais sustentáveis, as abordagens agroecológicas ainda são insuficientes ou inexistentes na matriz curricular de alguns cursos técnicos em agropecuária.

Historicamente nos cursos profissionalizantes a atuação de técnicos e bacharéis é massiva (AYAUKAWA, 2007). Em discussão sobre o currículo dos cursos de Engenharia Agrônoma, Jacob et al apontam que “há sussurros sobre agroecologia nos currículos. Mas, os cursos estão voltados para a reprodução do modelo de desenvolvimento da agricultura, causador dos sérios problemas socioambientais relatados atualmente” (JACOB et al, 2016, p. 193).

Assim, é necessário repensar não somente a formação proposta pelo currículo dos cursos agrotécnicos, mas também a formação profissional dos docentes que atuam nessa área, pois são eles os responsáveis pela construção e revisão dos Projetos Políticos Pedagógicos e organização da matriz curricular.

Conclusões

Essa pesquisa apresenta um diagnóstico inicial da formação agrotécnica ofertada pelos diferentes *campi* do Instituto Federal Catarinense, objetivando ampliar as discussões acerca da agroecologia na formação técnica profissional de nível médio.

A Agroecologia integra bases científicas para reconectar as pessoas aos agroecossistemas. Essas bases não são formadas a partir de receituários ou receitas prontas e devem estar aptas a atender as demandas dos produtores e as especificidades dos sistemas produtivos. Para tanto, é necessário que os profissionais estejam capacitados para promover a extensão rural pautada em princípios de sustentabilidade ambiental e social para os povos do campo e seus consumidores da cidade.

As orientações propostas pelo documento desenvolvido pela SETEC sugerem a necessidade de repensar a formação e os currículos dos cursos agrotécnicos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. No entanto, o Instituto Federal Catarinense ainda oferece uma formação voltada a atender prioritariamente as formas convencionais de produção agropecuária. Superar essa contradição que nos impõe um currículo com ideias da sexta década do século XX, responsável pela



concentração fundiária e tragédia ambiental brasileiras é fundamental para aprofundarmos a realização da formação integral.

Referências bibliográficas

ARREVABENI, Monica Costa; MELOTTI, Letícia Dalmazo. A influência Do Currículo de um Curso Técnico De Agropecuária de um Campus de um Instituto Federal do Brasil na permanência dos jovens no campo. **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, v. 6, n. 2, p. 85-100, 2020.

BRASIL. (Re)significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, DF: MEC/SETEC, 2009.

CIAVATTA, MARIA. A formação integrada: a escola e o trabalho como ligares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio et al. **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 83 a 106.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI). Blumenau, 2018.

JACOB, Luciana Buainain et al. A agroecologia nos cursos de engenharia agrônoma: para além de desafios e dilemas curriculares. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 21, n. 1, p. 173-198, 2016.

LIMEIRA, Clécio Henrique et al. LEVANTAMENTO DAS PERCEPÇÕES DE EGRESSOS DE CURSOS TÉCNICOS EM AGROPECUÁRIA ACERCA DO CURRÍCULO DO CURSO. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 18, p. e9256-e9256, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Instruções aos delegados do Conselho Central Provisório, AIT, 1868. In: **Textos sobre educação e Ensino**. São Paulo: Moraes, 1983.

RAMOS, Marise. N. História e política da educação profissional. **Coleção formação pedagógica**, v. 5. Instituto Federal do Paraná, 2014.

PEREIRA, André Luís et al. Diálogos da educação profissional: avanços, limites e possibilidades sob o Olhar da Pedagogia do movimento. **Inter-Ação**, v. 47, n. 2, 2022.

PINTO, Diego de Souza. Histórico das políticas de educação agrícola e o debate da agroecologia na formação profissional. In: SOUZA, M. M. O. (Org.) **Agroecologia diversidade, movimento e resistência**. Editora UEG, Anápolis, 2019.

SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso da; BALEM, Tatiana Aparecida. Formação profissional e extensão rural: a incapacidade da superação do modelo agrícola. In.: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. **Anais SBSP**, Aracaju/Sergipe: EMBRAPA, v. IV, p. 01-15, 2004.